



# Empregos com carteira assinada fecham 2024 com volume recorde

## Apenas 5% dos casos de desmatamento na Amazônia geraram indenizações

Página 4

## Total de casos de dengue em SP não surpreende, mas óbitos sim, diz Saúde

Página 2

### Piso Salarial Profissional do magistério público tem reajuste de 6,27%

O Ministério da Educação (MEC) reajustou em 6,27% o Piso Salarial Profissional Nacional do magistério público da educação básica. O reajuste foi publicado na sexta-feira (31), no Diário Oficial da União (DOU). Com a medida, o valor mínimo definido pelo ministério para o exercício de 2025 é R\$ 4.867,77 para/a/rede pública de todo/o/país, com jornada de 40 horas semanais.

O aumento está acima da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que ficou em 4,77% no acumulado de 2024. O reajuste também está acima da inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que fechou o ano passado em 4,83%.

O piso salarial é o valor mínimo que professores devem ganhar no Brasil. A legislação determina o reajuste anual do valor. De acordo com a norma, o piso é a base estabelecida para professores com formação em nível médio.

“Por determinação legal, o MEC calcula o reajuste do piso utilizando o mesmo percentual de crescimento do Valor Anual Mínimo por Aluno (VAF mínimo), publicado na terceira atualização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), bem como de complementações da União.

“Como os salários dos professores são pagos pelas redes de ensino, cada estado e município precisa oficializar o valor por meio de norma própria”, informou a pasta. (Agência Brasil)

#### DÓLAR

Comercial  
Compra: 5,85  
Venda: 5,85

Turismo  
Compra: 5,88  
Venda: 6,06

#### EURO

Compra: 6,05  
Venda: 6,05

### Petrobras reajusta preço do diesel em R\$ 0,22 às distribuidoras



Foto: Marceio Casati/JR1/ABR

Página 3

### Deputados e senadores elegem presidentes e mesas diretoras no sábado

Página 6

### Deportações de brasileiros dos EUA cresceram depois de acordo de 2018

O número de remoções de imigrantes brasileiros dos Estados Unidos (EUA) cresceu depois de acordo assinado, em 2018, entre os presidentes dos dois países na época, o brasileiro Michel Temer e o norte-americano Donald

Trump (que estava em seu primeiro mandato). O acordo bilateral permitiu a realização de voos de repatriação de imigrantes ilegais que não tinham mais possibilidade de recursos junto à administração norte-americana. Página 4

## Esporte

### Miguel Costa testa com F4 em Barcelona e visita Gabriel Bortoleto após treino da F1

Pilotos que vão representar o Brasil no automobilismo internacional em 2025, Miguel Costa e Gabriel Bortoleto se encontraram nos boxes de Barcelona, na Espanha, na quinta-feira (30). Enquanto Bortoleto realizava testes privados na F1, Miguel também está em ritmo de treinos para fazer sua estreia na F4 Espanhola.

Os dois pilotos inclusive vão correr com o mesmo número na temporada 2025. “Nós dois vamos acelerar com o número 5 esse ano. Eu na minha

primeira temporada de carro após sair do kart e ele na primeira temporada dele na F1, então nós brincamos com relação a isso. Desejo um ótimo um ótimo ano para o Gabriel e que ele traga bastante alegrias para nós brasileiros”, diz Miguel, que treinará no circuito catalão ainda nesta sexta-feira e no sábado.

Antes de fazer sua estreia na F4 Espanhola no final de março, Miguel está confirmado para fazer sua primeira corrida oficial na Winter Series, em Jerez. O campeonato de inverno será iniciado no próximo final de semana e serão



Miguel Costa

as primeiras provas para o piloto da Campos Racing seguir pegando cada vez mais experiência com o carro.

“Estou com uma grande expectativa para fazer essa primeira corrida. Acredito que a Winter Series vai me trazer uma bagagem importante antes de começar o ano da F4. Nós testamos já no circuito de Navarra e estivemos sempre no top-5, então estou animado”, diz Miguel.

A F4 Espanhola será iniciada entre os dias 28 e 30 de março no MotorLand.

### Infinity Competições: nasce a mais nova equipe da Stock Light

A Stock Light anunciou na sexta-feira (31) o nascimento da sua mais nova equipe: a Infinity Competições. Com sede em Centralina, cidade localizada no Triângulo Mineiro, a escuderia vai alinhar no grid da categoria de acesso a partir desta temporada e terá dois carros, que vão atuar sob a gestão do piloto e empresário Rodrigo Gomes e direção-técnica de Roberto Ramos, conhecido como Betinho, com trajetória de enorme sucesso no esporte a motor nacional.

A Infinity Competições será a primeira equipe da história recente da Stock Light baseada em Minas Gerais. Embora o time como

um todo esteja no início da sua trajetória nas pistas, sua liderança técnica traz grande experiência e muitos títulos na bagagem. Betinho já atuou na Stock Car trabalhando para equipes como Blau Motorsport, Cavaleiro Sports, ProGP, RZ Motorsport, Scuderia 111 e JF Racing, e integrou times campeões em categorias de base como Fórmula Chevrolet e Fórmula Ford.

Por sua vez, Rodrigo Gomes atua como empresário no ramo de logística nacional e internacional. No automobilismo, trilhou caminho em competições regionais do Centro Oeste, disputou o Mini Challenge e correu também na Fórmula Truck.

**Alto nível** — Categoria de acesso à Stock Car, a Stock Li-

ght já revelou mais de 400 pilotos ao longo de uma história de 30 anos de serviços prestados ao automobilismo brasileiro. Desde 2023, a competição oferece ao campeão a premiação equivalente a R\$ 2,5 milhões — entregue pelo Grupo Veloci, controlador da Vicar, organizadora e promotora das competições — para que o piloto possa ascender ao grid da Stock Pro no ano seguinte. Os dois últimos campeões da Light, Zezinho Muggiati (2023) e Arthur Gama (2024) já fizeram jus ao maior prêmio do esporte a motor nacional.

A chegada da Infinity Competições traz a perspectiva de um grid mais robusto e ainda mais elevado tecnicamente para a temporada 2025.

Rodrigo Gomes falou sobre a construção do mais novo time da Stock Light e traçou as expectativas para um ano que promete muito trabalho e desafios nas principais pistas do Brasil.

“Estou muito feliz pela chance de conduzir a Infinity Competições em uma categoria de alto nível técnico como é a Stock Light. Por conta desta tamanha responsabilidade, liderei a busca por profissionais de gabarito e experiência na categoria e com o carro para compor nosso time. Acredito muito no projeto e no potencial da Infinity e sinto que temos tudo para buscar excelentes resultados já no nosso ano de estreia”, salientou.

Betinho Ramos destacou a chance de vivenciar uma nova

jornada em sua vasta carreira no esporte. “Feliz demais com o convite do Rodrigo Gomes para poder fazer parte da Infinity Competições como diretor-técnico. Hoje possuo uma experiência de mais de 40 anos no automobilismo, com passagem por diversas categorias, de modo que trago essa bagagem para escrevermos juntos essa história junto à Infinity Competições”, complementou.

Os dois pilotos da mais nova equipe da Stock Light serão anunciados em breve. A temporada 2025 está marcada para começar no fim de semana de 23 de março no Autódromo Internacional Zilmar Beux, em Cascavel, no oeste do Paraná.

# Tabela SUS Paulista é reajustada, com acréscimo de R\$ 134 milhões

O Governo de São Paulo anunciou o reajuste nos valores de 158 procedimentos da Tabela SUS Paulista para 2025. A medida, implementada pela Secretaria de Estado da Saúde (SES), terá um impacto de mais de R\$ 134 milhões, beneficiando áreas como diagnóstico e tratamento do câncer de mama, procedimentos ortopédicos, exames e consultas especializadas, e diárias de pacientes de longa permanência. Ao todo, 786 instituições conveniadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) são beneficiadas pelo programa da SES. Os recursos são 100% do Tesouro Estadual e ajudarão na redução de filas da saúde.

“O reajuste na Tabela SUS Paulista é um compromisso dessa gestão e tem um impacto direto nos serviços prestados à população. O aumento no repasse amplia o acesso a uma saúde pública eficiente e de qualidade, do diagnóstico ao tratamento”, ressalta Eleuses Paiva, secretário de Estado da Saúde.

Entre os procedimentos que terão aumento com a Tabela SUS Paulista estão os relacionados à saúde da mulher, como biópsia de nódulo de mama, que passa de R\$ 70,00 para R\$ 157,50 (alta de 125%); mamografia, reajustada de R\$ 22,50 para R\$ 45,00 (100%); prótese mamária, que sobe de R\$ 159,60 para R\$ 319,20

(100%); radioterapia da mama, de R\$ 5.904,00 para R\$ 8.265,60 (40%); e quimioterapia para carcinoma, com aumento de R\$ 2.378,90 para R\$ 3.330,46 (40%).

As cirurgias ortopédicas, que têm uma alta demanda, terão reajustes significativos. O reimplemente do ombro até o terço médio do antebraço, por exemplo, passará de R\$ 2.461,12 para R\$ 27.687,60 (aumento de 1.025%). A artroplastia total de joelho – revisão/reconstrução – subirá de R\$ 8.828,80 para R\$ 11.587,80 (+31%), enquanto a reconstrução osteoplástica do quadril será reajustada de R\$ 1.602,17 para R\$ 8.411,39 (425%).

As Ofertas de Cuidados Integrados, que englobam proce-

dimentos e serviços de saúde financiados pelo Ministério da Saúde para a atenção ambulatorial especializada, terão um reajuste de 50% sobre o valor já pago pelo órgão federal.

Beneficiando mais de três mil pacientes, a diária de internação para cuidados prolongados por enfermidades neurológicas aumentou de R\$ 70,61 para R\$ 235,00 (233%), a de paciente sob cuidados prolongados por enfermidades oncológicas subiu de R\$ 71,65 para R\$ 235,00 (228%). Já a internação do paciente sob cuidados prolongados por enfermidades cardiovasculares passou de R\$ 74,75 para R\$ 235,00 (alta de 214%).

“O aumento nas diárias para

cuidados de longa permanência reforça o compromisso do Estado com as entidades que se dedicam aos pacientes, garantindo mais dignidade e melhores condições de atendimento. Essa é mais uma de uma série de medidas do SUS Paulista para fortalecer a rede de assistência e apoiar o paciente que mais precisa”, destaca o secretário.

## Impacto na ponta

Após um ano de vigência, a Tabela SUS Paulista já alcançou um repasse histórico superior a R\$ 3,9 bilhões até novembro de 2024, o que representa um aumento de 225% em relação aos R\$ 1,2 bilhão repassado em 2022 às ins-

tuições conveniadas ao SUS.

Por meio dessa iniciativa, o Estado registrou no primeiro ano do programa a expansão das internações nas instituições filantrópicas, o que equivale à disponibilidade de outros 3.207 leitos SUS, garantindo atendimento nas comunidades atendidas.

O programa lançado pela gestão Tarcísio de Freitas ampliou de 130 para 786 instituições beneficiadas em todas as regiões de São Paulo e complementa os valores pagos pelo Ministério da Saúde (MS) por procedimentos hospitalares e exames. Os repasses remuneram até cinco vezes mais do que o valor repassado pela tabela nacional. (Governo de SP)

## Total de casos de dengue não surpreende, mas óbitos sim, diz Saúde

O secretário-adjunto de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde, Rivaldo Venâncio, disse na sexta-feira (31) que a pasta não foi pega de surpresa com os quase 100 mil casos prováveis de dengue registrados em São Paulo nas primeiras semanas deste ano, mas sim pelo total de mortes associadas à doença no estado – 29 já confirmadas e 138 em investigação.

“É muito para 100 mil casos prováveis”, disse Rivaldo, em conver-

sa com jornalistas. “O aumento no número de casos prováveis de dengue não surpreende tanto porque já sabíamos da circulação, desde o final do ano passado, do sorotipo 3. O que surpreende é o elevado número de óbitos suspeitos por dengue”, completou.

O secretário destacou que mortes por dengue estão “essencialmente” associadas ao que ele chamou de organização precoce da rede assistencial de saúde. “Esse é o determinante. Claro

que determinados organismos, determinadas pessoas, por terem algumas condições clínicas anteriores à dengue, quando contraem a dengue, podem apresentar quadros clínicos mais graves, seja pelo dengue 3, 2 ou 1”.

“Mas é importante que tenhamos em mente, sobretudo, que, até que se prove o contrário, uma morte por dengue é uma morte evitável. Fica aqui o nosso apelo para que toda pessoa com suspeita clínica de dengue procure imediata-

mente uma unidade de saúde para ser submetida a uma avaliação clínica”, ressaltou Rivaldo.

O secretário diz que tem observado, em algumas localidades do Brasil, que as pessoas subestimam a gravidade da dengue. “Ah, isso é dengue, não é nada, é simplesmente dengue”. Quando essa pessoa fica muito grave, ela procura a unidade de saúde e, por vezes, o quadro clínico já é irreversível. Por isso o apelo para procurar rapidamente a unidade.” (Agência Brasil)

## Vetada a PL que amplia acesso a itens de cannabis medicinal

O governo paulista vetou o Projeto de Lei nº 954/2023, que criaria o Programa de Produção e Distribuição de Medicação à Base de Cannabis Medicinal pela Fundação para o Remédio Popular (Furp). A informação foi publicada na edição do Diário Oficial do estado da quinta-feira (30).

A justificativa apresentada foi a de que a iniciativa, para ser implementada, exigiria planejamento e disponibilidade orçamentários. O governador em exercício, Felício Ramuth, apontou, ainda, a necessidade de se elaborar “ações concretas, com empenho de servidores e recursos” vinculados ao Poder Executivo, que envolvem aspectos de ordem técnica e operacional.

São Paulo é um estado pioneiro em relação a tratamentos com cannabis medicinal. Ao sancionar a Lei nº 17.618/23, tornou-se a primeira unidade da federação a garantir o for-

necimento de produtos à base de canabidiol pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Em nota encaminhada à Agência Brasil, a fundação afirma que a proposta legislativa, por não ter uma estimativa do impacto financeiro aos cofres estaduais, contraria a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Constituição Federal.

“Além disso, a aprovação de projetos deste tipo é de responsabilidade exclusiva do Governador, conforme as constituições Federais e Estaduais. Desta forma, o veto foi estabelecido e o projeto volta para a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) para ser analisado novamente”, esclarece, adicionalmente.

A Furp informou que “já está desenvolvendo um projeto de transferência de tecnologia com uma empresa detentora dos direitos de fabricação de produtos à base de Cannabis sativa”.

“Atualmente, a fundação

aguarda autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), de forma a permitir o fornecimento do produto ao SUS, em especial para atendimento aos programas de assistência farmacêutica da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.”

## Tramitação

O PL foi protocolado na Alesp pelos deputados estaduais Valdomiro Lopes e Caio França, do PSB. Em 17 de dezembro de 2024, poucos dias antes de se iniciar o recesso dos parlamentares, a pauta foi apreciada pelas comissões de Saúde; de Constituição, Justiça e Redação; e de Finanças, Orçamento e Planejamento da Casa.

O relatório com parecer favorável foi assinado pelo deputado Enio Tatto (PT), que disse concordar com Valdomiro Lopes “quando argumenta que, apesar

de a utilização de cannabis ter sido reconhecida em diversos países como uma forma de tratamento para diversas condições de saúde e de seu uso já estar regulamentado pela Anvisa - RDC nº 327/2019, é necessário que o Estado atue para ‘garantir o acesso gratuito e seguro aos pacientes que necessitam’ de tais medicamentos”.

## Mercado canábico

Em 2024, o Brasil atingiu a marca de 672 mil pacientes que se tratam com cannabis medicinal, número recorde e 56% superior ao patamar de 2023.

O dado consta do anuário produzido pela Kaya Mind, que também destaca que São Paulo é a unidade federativa com maior quantidade de associações fundadas para facilitar o acesso de pacientes aos produtos de cannabis medicinal. (Agência Brasil)

## Museus paulistas discutirão políticas para o setor em fevereiro

O Theatro São Pedro, no centro de São Paulo, sediará entre os dias 12 e 14 de fevereiro o 13º Encontro Paulista de Museus (EPM), que vai discutir práticas no setor e se debruçará este ano na discussão da Política Estadual de Museus de São Paulo (PEM-SP), concluída recentemente. Será o primeiro grande encontro dessas instituições após a divulgação do Plano Nacional Setorial de Museus, que traça o planejamento de 2025 até 2035 e foi

disponibilizado no último dia 23.

O tema do encontro, que ocorre desde 2009, será “Construindo Futuros”, e ele será promovido pela Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do estado, com o apoio da Associação Paulista dos Amigos da Arte (APAA). O evento será gratuito e as inscrições serão abertas na próxima semana no site da Secretaria Estadual de Cultura, contemplando seis painéis de

discussão. Serão abordados temas como educação, dignidade, diversidade, desenvolvimento humano e econômico, gestão, manutenção, sustentabilidade, acesso e preservação do patrimônio cultural. Paralelamente ao encontro ocorrerá o EPM+, nas tardes dos dias 13 e 14 de fevereiro, com visitas técnicas e atividades formativas que os participantes devem indicar no momento da inscrição.

“O Encontro Paulista de Mu-

seus é uma oportunidade para que os profissionais da área de todo o estado possam aprimorar seus conhecimentos e compartilhar experiências. Dessa forma, podemos fortalecer ainda mais o setor e tornar os museus do estado de São Paulo cada vez mais atrativos para a população”, explica em nota Marília Marton, secretária da Cultura, Economia e Indústria Criativas do estado. (Agência Brasil)

## Estado de São Paulo registra menor número de homicídios e roubos em 24 anos

O Estado de São Paulo registrou os menores índices de homicídios e roubos em 24 anos. A redução dos assassinatos foi 3,4%. Passou de 2.605 em 2023 para 2.517 no ano passado. Quanto aos roubos, a diminuição foi ainda maior: de 228.028 para 193.658 casos, uma queda de 15,1%.

A Secretaria de Segurança Pública chegou a registrar uma taxa de homicídios de 35,06 a cada 100 mil habitantes, em 2001, quan-

do os dados começaram a ser catalogados. Em 2024, o índice alcançado foi de 5,9, o melhor resultado da série histórica.

Os furtos em geral, de veículos e os roubos a banco, de veículos e de carga também tiveram queda no período de um ano. Na produtividade policial, houve aumento de 21% no número de armas apreendidas, 13,4% no número de veículos recuperados e 7,7% no índice de presos e apreendidos. (Governo de SP)

## Fundação Pró-Sangue de SP abre mais locais de doação aos sábados

O mês de janeiro é marcado por um grande paradoxo na doação de sangue. Enquanto há um aumento na demanda de sangue nos hospitais, por outro lado há uma retração do número de doadores nos postos de coleta, por conta da fruição das férias. Isso traz um impacto negativo nos estoques dos hemocentros, o que não poderia ser diferente para a Pró-Sangue.

Hoje o estoque opera em nível crítico, com 63% da sua capacidade para todos os tipos sanguíneos. Mas para alguns fatores a situação é bem preocupante. Os sangues O-, B- e AB

estão em emergência, o que significa que conseguem atender a apenas 20% dos pedidos. Já os sangues O+ e A- estão críticos, tendo condição de dar suporte a apenas 50% das solicitações dos hospitais.

Por isso, a Pró-Sangue está ampliando sua grade de atendimento para os doadores. A partir do mês de fevereiro de 2025, os postos Dante Pazzanese e Mandaquí também atenderão aos sábados, dia muito procurado pelos candidatos, em razão de nem sempre terem condições de fazer sua doação de sangue durante a semana. (Governo de SP)

### CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



**CÂMARA (São Paulo)**  
Histórias : volta do Neymar [simpatizante do Bolsonaro] ao Santos, faz lembrar da eleição do ex-jogador de futebol Ademir da Guia [Palmeiras]. Ele não tinha as lógicas [enquanto vereador] dos jogos jogados na política

**PREFEITURA (São Paulo)**  
Histórias : volta do Neymar [simpatizante do Bolsonaro] ao Santos, faz lembrar da volta do Jânio [Janismo] à prefeitura [eleições 1985]. Já no 1º ano do mandato [1986], Jânio já afirmava que tava “pendurando a chuteira”

**ASSEMBLEIA (São Paulo)**  
Histórias : volta do Neymar [simpatizante do Bolsonaro] ao Santos, faz lembrar do ex-jogador [no São Paulo] José Maria Marin. Jogou muito como deputado estadual, levando à vitória o jogo jogado pelo Maluf em 1978

**GOVERNO (São Paulo)**  
Histórias : volta do Neymar [simpatizante do Bolsonaro] ao Santos, faz lembrar do ex-jogador [São Paulo] José Maria Marin. Ficou no banco de reserva [1979 a 1982] do governador Maluf. Jogou como titular [1982 a 1983]

**CONGRESSO (Brasil)**  
Histórias : volta do Neymar [simpatizante do Bolsonaro] ao Santos, faz lembrar do ex-jogador [especialmente no Vasco] Romário. Atual senador, pelo Rio, jogou contra sua carreira no futebol, por falar muito e repensar pouco

**PRESIDÊNCIA (Brasil)**  
Histórias : volta do Neymar [simpatizante do ex-presidente Bolsonaro] ao Santos, faz lembrar do ex-jogador [especialmente no Santos] Pelé. Ele foi ministro [Esportes] no governo do FHC. Politicamente, perdeu quase tudo

**PARTIDOS (Brasil)**  
Histórias : volta do Neymar [simpatizante do Bolsonaro] ao Santos, faz lembrar de muitos ex-jogadores que se meteram na política e não conseguiram vencer o jogo jogado dos donos dos ‘clubes’ [leia-se os próprios partidos]

**JUSTIÇAS (Brasil)**  
Histórias : volta do Neymar [simpatizante do Bolsonaro] ao Santos, faz lembrar de advogados(as) no Direito Desportivo, jogando com as regras da Lei Geral do Esporte, Sociedade Anônima do Futebol e esportes eletrônicos

**ANO 33**  
O jornalista Cesar Neto usa Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna de política recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - “Mas, para mim, o que realmente tem valor é chegar diante do Senhor e ver a sua face. Assim, quando eu despertar, ficarei feliz ao ver a semelhança do Senhor” Salmos 17:15

**Jornal O DIA S. Paulo**

**Administração e Redação**

Matriz:  
Rua Carlos Comenale, 263  
3º andar  
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

**Jornalista Responsável**  
Angelo Augusto D.A. Oliveira  
Mtb. 69016/SP

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

**E-mail: contato@jornalodiasp.com.br**  
**Site: www.jornalodiasp.com.br**

**Assinatura on-line**  
Mensal: R\$ 20,00  
Agência Brasil - EBC

**Publicidade Legal**  
**Atas, Balanços e Convocações**  
**Fone: 3258-1822**

**Periodicidade: Diária**  
**Exemplar do dia: R\$ 3,50**  
**Impressão: Grafica Pana**

# Empregos com carteira assinada fecham 2024 com volume recorde

O número de empregos com carteira assinada no setor privado atingiu volume recorde, de 39,2 milhões no último trimestre de 2024. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada na sexta-feira (31) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o resultado, que não inclui empregados domésticos, é 3,3% superior ao apurado no mesmo período do ano anterior, ou seja, 1,3 milhão de pessoas a mais.

“Desde 2022, a gente vem registrando, para todos os trimestres, uma expansão anual significativa da população com

carteira assinada. Tivemos uma queda importante no ano de 2020, por conta da pandemia. Essa população já começa a se recuperar no final do ano de 2021, se recompõe em 2022. E, mesmo após sua recomposição, segue crescendo em 2023 e 2024. A gente não para apenas na recuperação das perdas de 2020, mas segue em expansão”, afirma a pesquisadora do IBGE Adriana Beringuy.

O número de empregos sem carteira assinada também aumentou no período (5%), chegando a 14,2 milhões e mantendo um patamar alto, próximo do recorde registrado no terceiro

trimestre de 2024.

Outro segmento que apresentou alta foi o de trabalhadores do setor público, que cresceu 4,5% no ano e atingiu o contingente de 12,8 milhões. Tanto os trabalhadores por conta própria (26 milhões) quanto os domésticos (5,9 milhões) mantiveram-se estáveis na comparação com o último trimestre de 2023.

A taxa de informalidade ficou em 38,6% da população ocupada (ou 40 milhões de trabalhadores) contra 38,8% no trimestre encerrado em setembro e 39,1% (ou 39,5 milhões) no mesmo trimestre de 2023.

A Pnad Contínua mostrou

que a população ocupada cresceu 2,8% no ano e chegou a 103 milhões no quarto trimestre.

“Na pandemia, chegamos a ter 83 milhões de pessoas na condição de ocupadas. Quatro anos depois, temos um crescimento de praticamente 20 milhões de pessoas ocupadas”, afirma a pesquisadora do IBGE.

Entre os setores que tiveram aumento nos postos de trabalho no período estão a indústria geral (3,2%), a construção (5,6%) e o comércio (2,8%).

Também apresentaram altas as atividades de transporte, armazenagem e correio (5,2%), alojamento e alimentação

(4,2%), informação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (3,7%) e administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (3,8%).

O nível da ocupação, que representa a parcela de pessoas ocupadas em relação à população em idade de trabalhar, ficou em 58,7%, 1,1 ponto percentual a mais que no mesmo período do ano anterior (57,6%).

A taxa de desemprego ficou em 6,2% no último trimestre de 2024, inferior ao observado no último trimestre de 2023 (7,4%).

A população subutilizada,

ou seja, aquela que está desempregada ou trabalha menos do que poderia, ficou em 17,8 milhões, a menor desde o trimestre encerrado em maio de 2015 (17,7 milhões).

Já a população desalentada, que inclui aqueles que gostariam de trabalhar e estavam disponíveis, mas que não buscaram trabalho por vários motivos (não conseguiria trabalho adequado, não tinha experiência profissional, não havia trabalho na localidade, era muito jovem ou muito idoso), ficou em 3 milhões, 12,3% a menos que no último trimestre de 2023. (Agência Brasil)

## Presidente dos Correios diz que gestão anterior sucateou empresa

O resultado fiscal prévio que apontou saldo negativo de R\$ 2,2 bilhões nos Correios foi causado pela necessidade de recuperação da estatal que, segundo o presidente da empresa, Fabiano Silva dos Santos, encontrava-se na “bacia das almas” em meio a tentativas de privatização e precatórios.

Ao deixar na sexta-feira (31) o Palácio do Planalto, onde,

acompanhado da ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), Esther Dweck, reuniu-se com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente dos Correios disse que a empresa estava sucateada pelo governo anterior, mas que isso está sendo revertido para torná-la lucrativa ainda em 2025.

“Quando uma empresa é sucateada como ela foi, a gente tem

trabalho grande para recuperá-la. Estamos trabalhando para tornar a empresa lucrativa ainda este ano, em 2025”, disse Fabiano.

Ele explicou que o resultado fiscal prévio apresentado pelo MGI não é o definitivo, e que os números finais, a serem divulgados em março, serão melhores, uma vez que vão considerar algumas mudanças adotadas pela atual gestão.

“Essa prévia se refere a um contexto específico que foi a regulamentação ao compliance dado às compras internacionais. Isso teve um impacto significativo na nossa empresa. Além disso, tivemos também os precatórios que são frutos de gestões anteriores, e que hoje estão contabilizados no nosso resultado”, acrescentou.

A ministra Esther Dweck reiterou que o impacto de R\$ 2,2 bi-

lhões no resultado fiscal abrangendo “apenas receitas e despesas registradas no ano”, e que a situação herdada tornou necessário o uso de dinheiro que estava em caixa para compensar gastos que deixaram de ser feitos em anos anteriores.

Durante a reunião, o presidente Lula cobrou, segundo Fabiano dos Santos, a apresentação de um plano de reestrutura-

ção para a estatal. “Esse plano já está em andamento”, disse Fabiano dos Santos.

“Mas estamos trabalhando fortemente para que a gente entregue cada vez mais um Correio saudável e sustentável. Acima de tudo, um Correio que atenda à população, porque a população nos interiores desse país precisa muito dos Correios”, finalizou. (Agência Brasil)

## Indústria do Paraná é segunda que mais gerou empregos em 2024

O Paraná terminou 2024 como o segundo Estado que mais gerou empregos formais no setor da indústria no Brasil, de acordo com os dados mais recentes do Novo Caged divulgados pelo Ministério do Trabalho. No ano passado, as empresas deste segmento foram responsáveis pela criação de 31.302 novas vagas de trabalho com carteira assinada, ficando atrás apenas de São Paulo, com uma população quatro vezes maior, e que registrou um saldo de 92.486 vagas.

O relevante desempenho da indústria paranaense é resultado da contratação de 397.588 traba-

lhadores no ano, período em que também houve 366.286 desligamentos. Com isso, o Paraná começou 2025 com 789.629 trabalhadores formalmente empregados em empresas ligadas à produção industrial.

A indústria também teve um papel fundamental para que o Paraná chegasse a 128 mil vagas de emprego geradas em 2024, sendo responsável por 24% dos novos empregos criados no período. Em âmbito geral, o Estado foi o quarto do Brasil que mais gerou empregos no último ano levando em conta todos os setores econômicos.

“O Paraná consolidou sua posição como um dos motores da economia brasileira ao conquistar o segundo lugar no ranking nacional de geração de empregos”, comentou o secretário estadual do Trabalho, Qualificação e Renda, Mauro Moraes. “Ficar atrás apenas de São Paulo, um estado com dimensões e industrialização muito maiores, demonstra a força e a pujança da economia paranaense”.

O saldo de empregos de 2024 também representa o melhor desempenho dos últimos três anos, superando 2022, quando foram criadas 15.013 vagas, e 2023, ano

em que houve 7.102 novas contratações. O saldo ficou abaixo apenas de 2021, ano de retomada das contratações na indústria e em outros setores econômicos após o período mais crítico da pandemia da Covid-19.

Na avaliação do presidente da Federação das Indústrias do Paraná (Fiepp), Edson Vasconcelos, os indicadores consolidados do ano passado demonstram que o setor está no caminho certo. “O expressivo número de postos de trabalho criados pela indústria do Paraná em 2024 é mais uma mostra da grande força do nosso setor, que contribui assim para a

geração de renda e oportunidades em nosso estado”, afirmou.

Apesar do cenário favorável em nível estadual, o presidente da Fiepp pondera que é necessário superar fatores locais e nacionais para que as indústrias continuem expandindo suas atividades e contratando mais trabalhadores. Entre estes desafios, ele elenca a crescente demanda por mão de obra especializada, cada vez mais disputada entre as empresas, bem como as seguidas altas na taxa básica de juros pelo Banco Central em decorrência da inflação.

As indústrias ligadas à produção de alimentos industrializa-

do lideraram a geração de empregos no Paraná com 9.472 novas vagas. Na sequência, aparecem as indústrias automotivas, com 3.384 vagas, as ligadas à manutenção e reparação de máquinas e equipamentos (2.732), produção de móveis (2.388), borracha e material plástico (2.288).

Dos 24 segmentos analisados pelo Novo Caged, apenas dois registraram saldo negativo no Estado: confecção e artigos de vestuário, com 1.163 desligamentos a mais do que admissões, e fumo, que ficou praticamente estável, com o fechamento de 13 postos de trabalho. (AENPR)

## Banco Central: setor público registra déficit de 0,4% do PIB em 2024

O setor público consolidado – formado por União, estados, municípios e empresas estatais – registrou, em 2024, um déficit primário de R\$ 47,6 bilhões, o que representa 0,4% do Produto Interno Bruto (PIB), informou o Banco Central (BC). O resultado representa uma melhora expressiva em relação a 2023, quando o déficit registrado foi de R\$ 249,1 bilhões, o equivalente a 2,28% do PIB.

Em dezembro passado, o setor público registrou um superávit primário de R\$ 15,7 bilhões no setor público consolidado, ante déficit de R\$ 129,6 bilhões em

dezembro de 2023. A melhora se deve, principalmente, ao fato de que, em 2023, houve o pagamento de precatórios na ordem de R\$ 92,4 bilhões.

“Em dezembro, o Governo Central e as empresas estatais foram superavitários, na ordem, em R\$ 26,7 bilhões e R\$ 1 bilhão, enquanto os governos regionais registraram déficit de R\$ 12 bilhões”, disse o BC.

O órgão informou ainda que, em 2024, os juros nominais do setor público consolidado, apropriados pelo critério de competência, alcançaram R\$ 950,4 bi-

lhões (8,05% do PIB), ante R\$ 718,3 bilhões (6,56% do PIB) em 2023.

Já em dezembro passado, os juros nominais atingiram R\$ 96,1 bilhões, ante R\$ 63,9 bilhões em dezembro de 2023. A autoridade monetária disse que o resultado das operações de swap cambial, que registraram ganho de R\$ 6,6 bilhões em dezembro de 2023 e perda de R\$ 19,9 bilhões em dezembro de 2024, contribuiu para o resultado.

Ainda de acordo com BC, o resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o

resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$ 998 bilhões, o que representa 8,45% do PIB de 2024, ante R\$ 967,4 bilhões (8,84% do PIB) em 2023. Em dezembro, o déficit nominal atingiu R\$ 80,4 bilhões, comparativamente a R\$ 193,4 bilhões em dezembro do ano anterior.

Já a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) ficou em R\$ 7,2 trilhões em 2024, o equivalente a 61,1% do PIB. A elevação anual de 0,7 p.p. do PIB se deve aos juros nominais apropriados, que registraram alta de 8,0 p.p.: o dé-

ficit primário, que ficou 0,4 p.p., o reconhecimento de dívidas, o efeito da desvalorização cambial de 27,9% no ano.

Também influenciaram os ajustes da dívida externa líquida (-0,3 p.p.), o efeito das privatizações (-0,3 p.p.) e o crescimento

do PIB nominal (-4,4 p.p.).

Em relação à Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) – que compreende o governo federal, o INSS e os governos estaduais e municipais – o resultado atingiu 76,1% do PIB, ficando em R\$ 9 trilhões em 2024. (Agência Brasil)

### Petrobras reajusta preço do diesel em R\$ 0,22 às distribuidoras

A Petrobras reajustou o preço do diesel A em R\$ 0,22 por litro. A partir do sábado (1), o combustível passará a ser vendido para as distribuidoras, em média, por R\$ 3,72.

A parcela da Petrobras na composição do preço ao consumidor final ficará em R\$ 3,20 por litro, um aumento de R\$ 0,19, porque o combustível repassado às distribuidoras deve ser obrigatoriamente misturado com 14% de biodiesel para se tornar o diesel B vendido nos postos.

De acordo com o último levantamento de preços da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o diesel B está sendo vendido nas bombas por, em

média, R\$ 6,17. Esse valor resulta da soma da parcela da Petrobras mais o valor do biodiesel, imposto federais e estaduais e custos de distribuição e revenda. Caso o reajuste da Petrobras seja repassado integralmente, o preço do combustível para o consumidor deve subir para R\$ 6,36.

É o primeiro aumento de preços anunciado pela Petrobras desde outubro de 2023. Em dezembro do mesmo ano, a estatal tinha feito o seu último reajuste, mas para reduzir os preços. Mesmo com a alta anunciada agora, a empresa informou que os preços para as distribuidoras ainda estão 17,1% menores do que em dezembro de 2022. (Agência Brasil)

## Senai atinge maior patamar de ex-alunos empregados em 22 anos

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) atingiu o maior patamar de ex-alunos empregados em 22 anos. Segundo a Pesquisa de Acompanhamento de Egressos 2022-2024, a taxa de formados em cursos técnicos que estão empregados aumentou para 85,6%, a maior porcentagem desde o início da série histórica da pesquisa, em 2002. Essa é a 22ª edição do levantamento, que consultou mais de 211 mil ex-estudantes ao longo de 2023 e 2024.

Segundo o Senai, 75% dos ex-alunos de cursos técnicos ocupam vagas formais, com car-

teira assinada. Para a entidade, o aumento de 1,1 ponto percentual em relação ao relatório de 2021-2023 demonstra que os formados do Senai estão bem posicionados no mercado de trabalho.

“Está claro que investir em educação profissional e tecnológica é essencial para construir um futuro mais sólido. O Senai trabalha continuamente para acompanhar as tendências do mercado e oferecer cursos que incorporam as mais recentes inovações, formando profissionais que aprendem na prática desde o início e chegam prontos para conduzir as transformações do setor.

Por isso, eles estão cada vez mais bem colocados no mercado de trabalho”, destaca o diretor-geral do Senai, Gustavo Leal.

Segundo o indicador de incremento da renda, que compara a renda média do profissional durante o curso e após, a renda média salarial geral dos egressos é de quase dois salários-mínimos. Considerando o valor de 2023, que era de R\$ 1.320, o salário médio dos ex-alunos do Senai é de aproximadamente R\$ 2.508.

Egressos de cursos técnicos de nível médio têm um incremento de 17,4% na renda; cursos de qualificação profissional apre-

sentam aumento de 8%; ex-alunos de graduação mostram acréscimo de 8,7% no salário.

Além disso, os formados que atuam na área de formação recebem mais do que aqueles que ocupam vagas em outros setores. Ex-alunos de cursos técnicos de nível médio que trabalham na área e aplicam os conhecimentos adquiridos no curso, por exemplo, apresentam ganho salarial 27,6% maior.

Das 1.656 empresas pesquisadas, 1.499 (90%) afirmaram dar preferência aos egressos do Senai no momento de novas contratações. (Agência Brasil)

# Apenas 5% dos casos de desmatamento na Amazônia geraram indenizações

Levantamento do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), que analisou mais de 3,5 mil ações do Ministério Público Federal (MPF), mostrou que aumentaram as responsabilizações pelo desmatamento ilegal da Amazônia. No entanto, apenas 5% das ações movidas entre 2017 e 2020 resultaram em indenizações pagas. Além disso, não há garantia de que as multas quitadas sejam aplicadas no próprio bioma.

Punir os desmatadores ilegais da região e recuperar o dano que foi causado é um dos principais desafios da Justiça na área ambiental, diz o Imazon.

Para a pesquisadora do Imazon Brenda Brito, o aumento de casos julgados procedentes e que levam à responsabilização de desmatadores representa um bom resultado. “É positivo que os tribunais têm mantido entendimento favorável à condenação nessas ações que utilizam provas obtidas de forma remota, com imagens de satélite e uso de banco de dados. O desafio agora é obter o efetivo pagamento das indenizações e a recuperação das áreas que foram desmatadas.”

A pesquisa acompanhou o resultado de ações civis públicas (ACPs) movidas pelo Ministério Público Federal (MPF) no período de 2017 a 2020, nas três primeiras fases do Programa Amazônia Protege. As ações

pedem a responsabilização por desmatamento ilegal do bioma na esfera cível, na qual é possível cobrar indenizações por danos materiais e morais e determinar a recuperação da floresta.

## Números

Foram analisadas 3.551 ações, que envolvem 265 mil hectares desmatados e pedidos de mais de R\$ 4,6 bilhões em indenizações. Até dezembro de 2023, 2.028 ações (57% do total) tinham sentença, sendo 695 com algum tipo de responsabilização. Foram julgadas procedentes 640 ações, considerando decisões após o julgamento de recursos, quando juízes ou tribunais aceitaram pelo menos um dos pedidos de responsabilização do MPF.

As 55 ações restantes levaram a termos de ajustamento de conduta (TACs), quando os responsáveis pelo desmatamento ilegal se comprometeram a adotar medidas de reparação. O levantamento mostrou que, somadas, as condenações e os TACs correspondem a 34% das ações com sentenças.

O Imazon diz que, apesar das condenações não serem a maioria entre as decisões, o dado representa um aumento nas responsabilizações. Em estudo anterior, dos 3.551 processos analisados, apenas 650 (18%) tinham sentenças até outubro de 2020 e 51 foram procedentes – seja pelo aceite de pedido do



Foto: Arquivo/ABF

MPF pela Justiça, seja por meio de TAC. Com isso, as responsabilizações correspondiam a 8% das sentenças.

Ainda assim, a maioria das sentenças (66%) não resultou em responsabilização. Até dezembro de 2023, foram 860 (42% dos processos) extintos, quando a Justiça entende que não há provas para uma ação; 268 (13%), julgados improcedentes, quando todos os pedidos do MPF foram negados; 137 (7%), declinados para Justiça Estadual; e 68 (3%), anulados, decisões invalidadas que aguardam nova sentença.

O Imazon ressalta que a predominância das extinções se deu principalmente até 2020 e por causa das ações com réu incerto, inovação jurídica do Amazônia Protege, quando o MPF move processos por desmatamentos ilegais, mas sem conse-

guir identificar o réu. O objetivo é que a Justiça embargue a área e impeça qualquer uso econômico dela, o que poderia combater a grilagem.

Em outubro de 2020, no entanto, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) adotou entendimento favorável à continuidade de ações por réu incerto, o que tem levado ao aumento de casos julgados de recursos, apontou instituto.

## Indenizações

O Imazon concluiu que o cumprimento das responsabilizações ainda é muito baixo. De acordo com a pesquisa, das 640 sentenças procedentes após julgamento de recursos e dos 55 TACs firmados, que determinaram indenizações de R\$ 251,9 milhões, apenas 37 (5%) tiveram as indenizações quitadas, no

total de R\$ 652,3 mil.

Durante o levantamento, o instituto identificou que outros 11 TACs estavam pagando de forma parcelada as sanções correspondentes a R\$ 560,7 mil. Além disso, em oito casos, o juiz determinou o bloqueio de valores devidos em contas bancárias dos réus, somando R\$ 78,1 mil. Com isso, os valores já pagos e em pagamento correspondem a 0,5% do total de R\$ 251,9 milhões devidos.

De acordo com o Imazon, a pesquisa identificou ainda a falta de garantia da aplicação das indenizações no próprio bioma. Ainda que o MPF tenha solicitado a destinação dos valores aos órgãos ambientais na maioria das ações, o levantamento indica que fundos públicos foram o destino majoritário das sentenças, como os fundos de Direitos Difusos e Nacional de Meio Ambiente.

“Resoluções e recomendações do CNJ [Conselho Nacional de Justiça] já permitem direcionar esses valores para atividades na Amazônia, o que seria o ideal. Por exemplo, com repasses para instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos que realizem projetos de recuperação de vegetação nativa ou para o combate às queimadas. Para isso, os tribunais e o MPF precisam publicar editais de convocação para cadastro e análise de projetos”, afirma a

pesquisadora Brenda.

## Recomendações

O Imazon concluiu que juízes em primeira instância ainda rejeitam provas obtidas por meio remoto – imagens de satélite ou de informações de bancos de dados públicos – e que há definição variada de valores de indenização em sentenças.

Para ambos os problemas, o estudo recomenda que o CNJ intensifique a disseminação de seus protocolos, que já prevêm o uso de tais provas e uma metodologia para quantificação de danos climáticos decorrentes do desmatamento e de incêndios florestais, além de realizar treinamentos nas comarcas.

Segundo o Imazon, as sentenças precisam melhorar a forma de determinação da restauração das áreas desmatadas e da fiscalização dessa obrigação. Para a fiscalização da recuperação, a sugestão da pesquisa é que o CNJ organize e disponibilize os dados georreferenciados das áreas, para permitir seu monitoramento por sensoriamento remoto por diferentes organizações.

“No caso das ações com réu incerto, a orientação da pesquisa é que o MPF, em vez de ingressar com vários processos, agrupe diversas áreas desmatadas em um só pedido para que os órgãos fundiários e ambientais promovam o embargo delas”, acrescentou o Imazon. (Agência Brasil)

# MPF recorre para levar acusado de matar Bruno e Dom para o banco dos réus

O Ministério Público Federal (MPF) recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para anular a decisão que beneficiou um dos três réus acusados pelo assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips, na Terra Indígena Vale do Javari, no Amazonas, em 2022.

Apresentado na quarta-feira (29), o recurso busca levar o pescador Osenny da Costa de Oli-

veira para julgamento no Tribunal do Júri. Em setembro do ano passado, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), sediado em Brasília, aceitou recurso da defesa e entendeu que não há provas da participação de Osenny nos homicídios. No dia do crime, ele deu carona a Amarildo, seu irmão e réu pelo assassinato, em uma canoa.

Para o MPF, Osenny tem par-

ticipação no crime e deve ser julgado pelo júri, assim como os réus Amarildo da Costa de Oliveira e Jefferson da Silva Lima, que respondem pelos crimes de duplo homicídio qualificado e ocultação de cadáver.

Não há prazo para decisão do STJ. Bruno e Dom foram mortos no dia 5 de junho de 2022, vítimas de uma emboscada, enquanto viajavam de barco pela região do

Vale do Javari, no Amazonas, região que abriga a Terra Indígena Vale do Javari, a segunda maior do país, com mais de 8,5 milhões de hectares.

A dupla foi vista pela última vez enquanto se deslocava da comunidade São Rafael para a cidade de Atalaia do Norte (AM), onde se reuniria com lideranças indígenas e de comunidades ribeirinhas. Seus corpos foram resga-

tados dez dias depois. Eles estavam enterrados em uma área de mata fechada, a cerca de 3 quilômetros da calha do Rio Itacoáí.

Colaborador do jornal britânico The Guardian, Dom se dedicava à cobertura jornalística ambiental – incluindo os conflitos fundiários e a situação dos povos indígenas – e preparava um livro sobre a Amazônia.

Bruno Pereira já tinha ocupa-

ção a Coordenação-Geral de Índios Isolados e Recém Contatados da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) antes de se licenciar do órgão, sem vencimentos, e passar a trabalhar para a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja). Por sua atuação em defesa das comunidades indígenas e da preservação do meio ambiente, recebeu diversas ameaças de morte. (Agência Brasil)

# Deportações de brasileiros dos EUA cresceram depois de acordo de 2018

O número de remoções de imigrantes brasileiros dos Estados Unidos (EUA) cresceu depois de acordo assinado, em 2018, entre os presidentes dois países na época, o brasileiro Michel Temer e o norte-americano Donald Trump (que estava em seu primeiro mandato). O acordo bilateral permitiu a realização de voos de repatriação de imigrantes ilegais que não tinham mais possibilidade de recursos junto à administração norte-americana.

Segundo os dados mais recentes do Departamento de Segurança Interna (DHS) dos Estados Unidos, de 2018 a 2022, 11.300 brasileiros foram removidos do território norte-americano, 65% a mais do que foi registrado nos cinco anos anteriores (2013 a 2017), 6.800.

A repatriação de brasileiros ocorreu ao mesmo tempo em que houve uma queda nos processos

de remoção de imigrantes estrangeiros de uma forma geral (ou seja, de todas as nacionalidades). De 2013 a 2017, os EUA retiraram do país 1,8 milhão de pessoas, número que caiu para 1,1 milhão no período de 2018 a 2022, ou seja, um recuo de 38%.

Os dados incluem apenas os imigrantes que foram deportados dos Estados Unidos através de uma ordem de remoção, por isso o processo é chamado de “remoção”. Outro tipo de deportação, chamada de “retorno”, cujos dados não estão informados nesta reportagem, inclui os estrangeiros que são impedidos de entrar no país nos pontos de fronteira ou que decidem deixar os EUA voluntariamente.

## Voos

A Polícia Federal informou que, de 2020 a 2024, o Brasil recebeu 94 voos de repatriação, tra-

zendo 7.637 brasileiros. “Estes números se referem a apenas voos fretados da ICE (ICE | U.S. Immigration and Customs Enforcement), usados para deportar os detidos em centros de detenção (fronteira do México)”, informa nota da Polícia Federal.

Questionada pela Agência Brasil, a PF não respondeu se os passageiros foram transportados algemados ou não. Logo após assumir seu segundo mandato como presidente dos Estados Unidos, Donald Trump determinou a realização de seus primeiros voos de repatriação, inclusive um para o Brasil, no dia 24 de janeiro.

A forma como foi realizado o voo, que trazia 88 brasileiros, recebeu críticas do governo brasileiro, uma vez que os passageiros foram transportados com algemas, nas mãos e nos pés. Além disso, a aeronave apresentou

problemas no ar-condicionado.

No sábado (25), ao receber os passageiros do primeiro voo de repatriação, em Belo Horizonte, a ministra dos Direitos Humanos e Cidadania, Macaé Evaristo, disse que os países têm suas próprias políticas migratórias, mas não podem violar os direitos das pessoas.

“O uso indiscriminado de algemas e correntes viola os termos de acordo com os EUA, que prevê o tratamento digno, respeito e humano dos repatriados”, informou o Itamaraty, o Ministério das Relações Exteriores brasileiro, por meio de nota divulgada na manhã de domingo (26).

“O governo brasileiro considera inaceitável que as condições acordadas com o governo norte-americano não sejam respeitadas. O Brasil concordou com a realização de voos de repatriação, a partir de 2018, para

abreviar o tempo de permanência desses nacionais em centros de detenção norte-americanos, por imigração irregular e já sem possibilidade de recurso”.

Na segunda-feira (27), o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski afirmou que as deportações precisavam respeitar os direitos fundamentais das pessoas. “Não queremos provocar o governo americano até porque a deportação está prevista em um tratado que vige há vários anos entre o Brasil e os Estados Unidos e que autoriza a deportação. Mas, obviamente, essa deportação tem que ser feita com respeito aos direitos fundamentais das pessoas, sobretudo daquelas que não são criminosas”.

Na terça-feira (28), o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania anunciou que instalara um posto de acolhimento no Aeroporto Internacional de Con-

finos, em Belo Horizonte, para receber os possíveis próximos voos de repatriação.

“Nossa expectativa é que a gente possa trabalhar para garantir que famílias não venham separadas, que esses passageiros deportados tenham boas condições de água, alimentação e inclusive de temperatura [do avião], que me parece que foi a coisa mais prejudicial no processo desse voo”, afirmou a ministra Macaé Evaristo.

Na quarta-feira, o Itamaraty anunciou a criação de um grupo de trabalho com a Embaixada dos EUA em Brasília, para trocar informações sobre os brasileiros deportados. O objetivo é estabelecer uma linha direta de comunicação entre os membros do grupo e permitir que haja acompanhamento em tempo real dos próximos voos de repatriação. (Agência Brasil)

# Governador de São Paulo toca o sino da Bolsa de Valores de Nova Iorque

O governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, participou na sexta-feira (31) do tradicional “toque do sino” (Ring the Bell) da Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE, na sigla em inglês), que celebra a Sabesp. A Companhia e o governador foram convidados para a cerimônia, que abre o pregão, marcando o êxito do processo de desestatização da empresa, ocorrido no ano passado. A privatização da Sabesp vai permitir a antecipação da uni-

versalização no saneamento para 2029 no estado de São Paulo.

“É uma honra participar deste momento, junto com toda a equipe da Sabesp, destacando a relevância e o desempenho da Companhia. Com o processo de desestatização ocorrido no ano passado, demos passos importantes para transformar a realidade do saneamento do estado de São Paulo. Tocar o sino aqui na bolsa de Nova Iorque mostra que estamos na direção certa, com a

valorização de todo o trabalho desenvolvido pela Sabesp”, destacou o governador Tarcísio de Freitas.

Realizado diariamente na abertura e no encerramento das negociações, o ritual é a marca registrada da Bolsa norte-americana desde sua fundação, em 1792. Ao longo dos anos, tornou-se uma maneira de homenagear organizações que ganharam destaque no mercado. No século 18 os negociantes batiam um

martelo para começar e finalizar o dia, hoje um botão aciona nos alto-falantes o som dos sinos que também foram referência no ano seguinte.

Acompanhado por uma comitiva que reúne os secretários estaduais Rafael Benini (Parcerias e Investimentos), Natália Resende (Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística) e Lais Vita (Comunicação), além do CEO da Sabesp, Carlos Piani; da chairwoman Karla Bertocco; da diretora de rela-

ções institucionais e sustentabilidade, Samanta Souza; e do diretor financeiro Daniel Slack, Tarcísio assinará o livro de convidados de honra antes do toque do sino, que é transmitido pelas redes sociais da NYSE.

Na quinta-feira (30), o Governo de SP recebeu o prêmio “Equity Follow-On of the Year”, que reconhece o sucesso da desestatização da Sabesp, realizada via follow-on (ou oferta subsequente de ações) e fina-

lizada em julho do ano passado. A premiação, recebida pelo governador Tarcísio de Freitas, é uma das categorias do “Deals of the Year Awards”, realizado há 35 anos pela revista “LatinFinance”, especializada na cobertura de notícias do mercado financeiro da América Latina e do Caribe, e visa destacar a capacidade das empresas para criar soluções para o desenvolvimento econômico. (Governo de SP)



Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As integrações dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal>

**Encerramento:** 12/02/2025  
**4ª feira – às 10h00**

O leilão já está aberto na internet para receber lances.

Débitos de Condomínio e IPTU quitados pelo banco até o dia do leilão.

## TERRENO EM GAPOÁ

**TAUBATÉ/SP:** Terreno com 24.627,21m<sup>2</sup> na Rua Voluntário Benedito Sergio, 2701 E, Parque São Cristóvão \* **MACACÁ/RJ:** Galpão com 1.528,87m<sup>2</sup> em terreno de 6.400m<sup>2</sup> na Av. dos Bandeirantes, S/N, Lagomar \*

À vista ou a prazo conforme o Edital do leilão. Leia o Edital, veja as fotos e mais informações no site da leiloeira. Lance vencedor condicionado à aprovação do Banco.

Cadastre-se antecipadamente para participar do leilão online.

Rua Hipódromo, 1141, sala 66 – Mooca – São Paulo/SP.

**Ana Claudia Campos Frazão – leiloeira oficial – JUCESP 836.**

Tel. (11) 3550-4066 / (11) 97179-0728 | [www.FrazaoLeiloes.com.br](http://www.FrazaoLeiloes.com.br)

## ACCENTURE DO BRASIL LTDA.

CNPJ/ME nº 96.534.094/0001-58 - NIRE 35.213.404.698

**143ª Alteração de Contrato Social da Accenture do Brasil Ltda.**

Pelo presente instrumento particular: (a) **Accenture International B.V.**, sociedade constituída e existente de acordo com as leis dos Países Baixos, CNPJ 05.715.995/0001-90, neste ato devidamente representada por seu bastante procurador, o Sr. **Marcelo Volta de Almeida Prado**, RG 14.763.584-6 (SSP-SP), CPF 153.617.698-27; (b) **Accenture Minority I.B.V.**, sociedade constituída e existente de acordo com as leis dos Países Baixos, CNPJ 12.597.265/0001-06, neste ato devidamente representada por seu bastante procurador, o Sr. **Marcelo Volta de Almeida Prado**, acima qualificado; e (c) **Accenture Holding Brasil Ltda.**, CNPJ 05.596.277/0001-42, JUCESP - NIRE 35.232.106273 em 03/09/2020, neste ato representada por seu Diretor, Sr. **Marcelo Volta de Almeida Prado**, acima qualificado, únicas sócias da **Accenture do Brasil Ltda.**, CNPJ 96.534.094/0001-58, JUCESP - NIRE 35.213.404.698, em 23/10/1995 ("Sociedade"), resolvem alterar o Contrato Social da Sociedade, mediante os seguintes termos e condições: **Art. 1.º** Primitivamente, declaram as Sócias aprovar, sem qualquer restrição, os termos e condições para a incorporação da Incorporada ("Sociedade"), de acordo com o descrito no Protocolo de Incorporação e Justificação (**Anexo I**), celebrado em 01/01/2025, por e entre (i) a **CX0407 Participações Ltda.**, CNPJ 34.490.021/0001-54, JUCESP - NIRE 35.235.604.592 ("CX0407" ou "Incorporadora"); (ii) a Sociedade ("Incorporadora"); e as sócias da Incorporadora, (iii) **Accenture International B.V.**, acima qualificada; (iv) **Accenture Minority I.B.V.**, acima qualificada; e (v) **Accenture Holding Brasil Ltda.**, acima qualificada; b. ratificar a nomeação da empresa especializada de contabilidade **Crowe Macro Auditores e Consultores Ltda.**, CNPJ 16.454.568/0001-12, regularmente inscrita no CRC/SP sob nº 25P031004/0-6, JUCESP - NIRE 35.226.745.219 em 03/07/2012, para a elaboração dos Laudos de Avaliação do ativo líquido contábil da Incorporada ("Laudo de Avaliação"); c. aprovar o Laudo de Avaliação (**Anexo II**), acima mencionado, elaborado com base no balanço patrimonial da Incorporada datado de 01/12/2024, que consta como anexo ao Laudo de Avaliação; e d. aprovar a incorporação da Incorporada pela Incorporadora, conforme previsto no Protocolo de Incorporação e Justificação acima mencionado. 1.2. Consignar que o valor do patrimônio líquido a valor contábil da **CX0407** em 01/12/2024 é positivo em R\$ 7.288.299,37, de acordo com o balanço base levantado pela Incorporadora e ratificado pelo Laudo de Avaliação emitido pela empresa especializada acima qualificada. 1.3. Como resultado da incorporação da Incorporada pela Incorporadora, (i) as quotas que a Incorporadora possui diretamente no capital social da Incorporada são canceladas; (ii) para todos os fins legais; (iii) o capital social da Incorporadora não será alterado; (iv) a incorporação de tal natureza não constitui alteração do patrimônio líquido total da Incorporada está refletido no balanço da Incorporadora pelo método de equivalência patrimonial. 1.4. Ademais, em razão da incorporação, o estabelecimento onde se localiza a sede da **CX0407**, na Cidade de SP, SP, na Av. Manuel Bandeira, 360, Vila Leopoldina, CEP 05317-020 é encerrado para todos os fins legais. 1.5. O objeto social da **Sociedade** permanece inalterado em razão da incorporação da **Incorporada**. 1.6. Todas as operações da **Incorporada**, assim como seus ativos, passivos, direitos e obrigações são vertidos à **Sociedade**, por força de lei sem qualquer redução de continuidade. O resultado das operações da **Incorporada**, bem como qualquer vantagem patrimonial da **Incorporada** entre a data do balanço-base de 01/12/2024 e a presente data, será absorvida e reconhecida pela **Sociedade**. 1.7. Nos termos dos Artigos 1.116 e 1.118 da Lei 10.406, de 10/01/2002, e do Artigo 223 da Lei 6.404/76, conforme alterada, as sócias da **Sociedade** declaram a **Incorporada EXTINTA**, e autorizam, neste ato, os diretores da **Sociedade** a tomarem toda e qualquer providência conveniente e necessária à efetivação desta operação, incluindo a averbação dos atos relativos à incorporação na Junta Comercial, a correspondente publicação do extrato da operação nos jornais: (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo; e (ii) em um jornal de grande circulação na localidade, bem como assinar todos e quaisquer documentos necessários para efetivar a transferência dos ativos e passivos, direitos e obrigações decorrentes da incorporação. 2. **Consolidação Do Contrato Social.** 2.1. Em virtude das deliberações acima, as sócias decidem consolidar o Contrato Social da **Sociedade**, em conformidade com o Art. 124, e o artigo 289 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("LSA"), o edital de convocação foi publicado no "Jornal O Dia SP", nas edições dos dias 21, 22 e 23/10/2024, bem como na "Edição Digital Certificada" do "Jornal O Dia SP", nas edições dos dias 21, 22 e 23/10/2024, respectivamente. Presença do acionista detentor de ações representando 98,32% do capital social da Companhia. **Mesa:** Presidente: Wanessa Taghin Overbeck; Secretária: Vanessa Pereira Silva. **Deliberações:** Iniciados os trabalhos: (i) foi informado ao acionista que todo o material pertinente à Ordem do Dia da assembleia estava à disposição de todos os acionistas, na sede social da Companhia, desde o dia 21/10/2024, bem como foi disponibilizado o seu acesso durante o conclavê, tendo o tempo necessário à sua apreciação e o esclarecimento de dúvidas; e (ii) foi autorizado pelo único acionista presente a lavratura desta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das S.A. Ato contínuo, o acionista detentor de 98,32% das ações de emissão da Companhia deliberou por: (i) Aprovar a homologação do aumento do capital social da Companhia, nos termos aprovados na AGÉ realizada em 27/09/2024, no montante de R\$ 6.000.000,00, mediante a emissão de 600.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 0,01 por ação, fixado sem diluição injustificada dos acionistas, de acordo com os parâmetros previstos no artigo 170, parágrafo 1º, incisos I e II da Lei das S.A. As novas ações foram totalmente subscritas e integralizadas pela acionista **PCS II Healthcare Fund of Investment em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior**, em moeda corrente nacional, nos termos dos Boletins de Subscrição arquivados na sede da Companhia. Com o aumento do capital social da Companhia ora homologado, o capital social da Companhia, anteriormente no valor de R\$ 42.970.800,00, dividido em 3.780.020.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, passa a ser de R\$ 48.970.800,00, dividido em 4.380.020.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. (ii) Aprovar, em virtude do aumento do capital social da Companhia ora homologado, a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação abaixo, mantendo-se inalterados os demais parágrafos, bem como a consolidação do Estatuto Social, nos termos do **Anexo II** à presente ata: "**Art. 5º. O capital social da Companhia, incluindo as novas ações de valor nominal de R\$ 48.970.800,00, dividido em 4.380.020.000 ações de valor nominal de R\$ 0,01, é constituído por: a) ações de emissão de R\$ 48.970.800,00, emitidas em conformidade com o artigo 124 do Estatuto Social da Companhia, para incluir a possibilidade de que o procurador possa atuar sempre em conjunto com o Diretor Financeiro ou o Diretor Presidente, em atos ou negócios jurídicos que envolvam a representação da Companhia, que passa a vigorar com a redação abaixo, mantendo-se inalterados os demais parágrafos; **Art. 14. A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, em quaisquer atos ou negócios jurídicos, que importem responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou que a exonerem de obrigações para com terceiros serão obrigatoriamente praticadas: (a) por 02 Diretores agindo em conjunto; ou (b) pelo Diretor Financeiro ou pelo Diretor Presidente, agindo em conjunto com 01 procurador, devidamente constituído na forma do §2º abaixo.** (iv) Aprovar a consolidação do Estatuto, nos termos do **Anexo II** à presente ata, e que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários para a implementação dos itens (i), (ii) e (iii) da Ordem do Dia. Nada mais. São Paulo (SP), 29/10/2024. **Wanessa Taghin Overbeck** - Presidente da Mesa; **Vanessa Pereira Silva** - Secretária da Mesa. **JUCESP nº 436.674/24-5** em 11/12/2024. **Marina Centurion Dardani** - Secretária Geral em Exercício. **Anexo II à Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 29 de Outubro de 2024 - Estatuto Social Consolidado da Casa de Saúde Rita Rita S.A. - CNPJ nº 60.882.289/0001-41 - NIRE nº 35300059361. Estatuto Social da Casa de Saúde Rita Rita S.A. - **Capítulo I - Denominação, Sede, Filiais e Duração.** **Art. 1º.** A denominação da Companhia é **Casa de Saúde Rita Rita S.A.**, inscrita no CNPJ nº 60.882.289/0001-41, com sede na Rua Curitiba, 190, na cidade de SP/SP, CEP 04013-004, podendo abrir filiais, escritórios e estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior, por deliberação da Diretoria. **Art. 3º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Objeto Social.** **Art. 4º.** A Companhia tem por objeto a exploração de serviços hospitalares destinados a tratamentos médicos e cirúrgicos em geral, bem como atividades afins, conexas e correlatas. **Capítulo III - Capital Social e Ações:** **Art. 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 48.970.800,00 dividido em 4.380.020.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia é constituído por: a) ações de emissão de R\$ 48.970.800,00, emitidas em conformidade com o artigo 124 do Estatuto Social da Companhia, para incluir a possibilidade de que o procurador possa atuar sempre em conjunto com o Diretor Financeiro ou o Diretor Presidente, em atos ou negócios jurídicos que envolvam a representação da Companhia, que passa a vigorar com a redação abaixo, mantendo-se inalterados os demais parágrafos; **Art. 14. A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, em quaisquer atos ou negócios jurídicos, que importem responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou que a exonerem de obrigações para com terceiros serão obrigatoriamente praticadas: (a) por 02 Diretores agindo em conjunto; ou (b) pelo Diretor Financeiro ou pelo Diretor Presidente, agindo em conjunto com 01 procurador, devidamente constituído na forma do §2º abaixo.** (iv) Aprovar a consolidação do Estatuto, nos termos do **Anexo II** à presente ata, e que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários para a implementação dos itens (i), (ii) e (iii) da Ordem do Dia. Nada mais. São Paulo (SP), 29/10/2024. **Wanessa Taghin Overbeck** - Presidente da Mesa; **Vanessa Pereira Silva** - Secretária da Mesa. **JUCESP nº 436.674/24-5** em 11/12/2024. **Marina Centurion Dardani** - Secretária Geral em Exercício. **Anexo II à Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 29 de Outubro de 2024 - Estatuto Social Consolidado da Casa de Saúde Rita Rita S.A. - CNPJ nº 60.882.289/0001-41 - NIRE nº 35300059361. Estatuto Social da Casa de Saúde Rita Rita S.A. - **Capítulo I - Denominação, Sede, Filiais e Duração.** **Art. 1º.** A denominação da Companhia é **Casa de Saúde Rita Rita S.A.**, inscrita no CNPJ nº 60.882.289/0001-41, com sede na Rua Curitiba, 190, na cidade de SP/SP, CEP 04013-004, podendo abrir filiais, escritórios e estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior, por deliberação da Diretoria. **Art. 3º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Objeto Social.** **Art. 4º.** A Companhia tem por objeto a exploração de serviços hospitalares destinados a tratamentos médicos e cirúrgicos em geral, bem como atividades afins, conexas e correlatas. **Capítulo III - Capital Social e Ações:** **Art. 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 48.970.800,00 dividido em 4.380.020.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia é constituído por: a) ações de emissão de R\$ 48.970.800,00, emitidas em conformidade com o artigo 124 do Estatuto Social da Companhia, para incluir a possibilidade de que o procurador possa atuar sempre em conjunto com o Diretor Financeiro ou o Diretor Presidente, em atos ou negócios jurídicos que envolvam a representação da Companhia, que passa a vigorar com a redação abaixo, mantendo-se inalterados os demais parágrafos; **Art. 14. A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, em quaisquer atos ou negócios jurídicos, que importem responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou que a exonerem de obrigações para com terceiros serão obrigatoriamente praticadas: (a) por 02 Diretores agindo em conjunto; ou (b) pelo Diretor Financeiro ou pelo Diretor Presidente, agindo em conjunto com 01 procurador, devidamente constituído na forma do §2º abaixo.** (iv) Aprovar a consolidação do Estatuto, nos termos do **Anexo II** à presente ata, e que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários para a implementação dos itens (i), (ii) e (iii) da Ordem do Dia. Nada mais. São Paulo (SP), 29/10/2024. **Wanessa Taghin Overbeck** - Presidente da Mesa; **Vanessa Pereira Silva** - Secretária da Mesa. **JUCESP nº 436.674/24-5** em 11/12/2024. **Marina Centurion Dardani** - Secretária Geral em Exercício. **Anexo II à Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 29 de Outubro de 2024 - Estatuto Social Consolidado da Casa de Saúde Rita Rita S.A. - CNPJ nº 60.882.289/0001-41 - NIRE nº 35300059361. Estatuto Social da Casa de Saúde Rita Rita S.A. - **Capítulo I - Denominação, Sede, Filiais e Duração.** **Art. 1º.** A denominação da Companhia é **Casa de Saúde Rita Rita S.A.**, inscrita no CNPJ nº 60.882.289/0001-41, com sede na Rua Curitiba, 190, na cidade de SP/SP, CEP 04013-004, podendo abrir filiais, escritórios e estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior, por deliberação da Diretoria. **Art. 3º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Objeto Social.** **Art. 4º.** A Companhia tem por objeto a exploração de serviços hospitalares destinados a tratamentos médicos e cirúrgicos em geral, bem como atividades afins, conexas e correlatas. **Capítulo III - Capital Social e Ações:** **Art. 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 48.970.800,00 dividido em 4.380.020.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia é constituído por: a) ações de emissão de R\$ 48.970.800,00, emitidas em conformidade com o artigo 124 do Estatuto Social da Companhia, para incluir a possibilidade de que o procurador possa atuar sempre em conjunto com o Diretor Financeiro ou o Diretor Presidente, em atos ou negócios jurídicos que envolvam a representação da Companhia, que passa a vigorar com a redação abaixo, mantendo-se inalterados os demais parágrafos; **Art. 14. A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, em quaisquer atos ou negócios jurídicos, que importem responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou que a exonerem de obrigações para com terceiros serão obrigatoriamente praticadas: (a) por 02 Diretores agindo em conjunto; ou (b) pelo Diretor Financeiro ou pelo Diretor Presidente, agindo em conjunto com 01 procurador, devidamente constituído na forma do §2º abaixo.** (iv) Aprovar a consolidação do Estatuto, nos termos do **Anexo II** à presente ata, e que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários para a implementação dos itens (i), (ii) e (iii) da Ordem do Dia. Nada mais. São Paulo (SP), 29/10/2024. **Wanessa Taghin Overbeck** - Presidente da Mesa; **Vanessa Pereira Silva** - Secretária da Mesa. **JUCESP nº 436.674/24-5** em 11/12/2024. **Marina Centurion Dardani** - Secretária Geral em Exercício. **Anexo II à Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 29 de Outubro de 2024 - Estatuto Social Consolidado da Casa de Saúde Rita Rita S.A. - CNPJ nº 60.882.289/0001-41 - NIRE nº 35300059361. Estatuto Social da Casa de Saúde Rita Rita S.A. - **Capítulo I - Denominação, Sede, Filiais e Duração.** **Art. 1º.** A denominação da Companhia é **Casa de Saúde Rita Rita S.A.**, inscrita no CNPJ nº 60.882.289/0001-41, com sede na Rua Curitiba, 190, na cidade de SP/SP, CEP 04013-004, podendo abrir filiais, escritórios e estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior, por deliberação da Diretoria. **Art. 3º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Objeto Social.** **Art. 4º.** A Companhia tem por objeto a exploração de serviços hospitalares destinados a tratamentos médicos e cirúrgicos em geral, bem como atividades afins, conexas e correlatas. **Capítulo III - Capital Social e Ações:** **Art. 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 48.970.800,00 dividido em 4.380.020.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia é constituído por: a) ações de emissão de R\$ 48.970.800,00, emitidas em conformidade com o artigo 124 do Estatuto Social da Companhia, para incluir a possibilidade de que o procurador possa atuar sempre em conjunto com o Diretor Financeiro ou o Diretor Presidente, em atos ou negócios jurídicos que envolvam a representação da Companhia, que passa a vigorar com a redação abaixo, mantendo-se inalterados os demais parágrafos; **Art. 14. A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, em quaisquer atos ou negócios jurídicos, que importem responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou que a exonerem de obrigações para com terceiros serão obrigatoriamente praticadas: (a) por 02 Diretores agindo em conjunto; ou (b) pelo Diretor Financeiro ou pelo Diretor Presidente, agindo em conjunto com 01 procurador, devidamente constituído na forma do §2º abaixo.** (iv) Aprovar a consolidação do Estatuto, nos termos do **Anexo II** à presente ata, e que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários para a implementação dos itens (i), (ii) e (iii) da Ordem do Dia. Nada mais. São Paulo (SP), 29/10/2024. **Wanessa Taghin Overbeck** - Presidente da Mesa; **Vanessa Pereira Silva** - Secretária da Mesa. **JUCESP nº 436.674/24-5** em 11/12/2024. **Marina Centurion Dardani** - Secretária Geral em Exercício. **Anexo II à Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 29 de Outubro de 2024 - Estatuto Social Consolidado da Casa de Saúde Rita Rita S.A. - CNPJ nº 60.882.289/0001-41 - NIRE nº 35300059361. Estatuto Social da Casa de Saúde Rita Rita S.A. - **Capítulo I - Denominação, Sede, Filiais e Duração.** **Art. 1º.** A denominação da Companhia é **Casa de Saúde Rita Rita S.A.**, inscrita no CNPJ nº 60.882.289/0001-41, com sede na Rua Curitiba, 190, na cidade de SP/SP, CEP 04013-004, podendo abrir filiais, escritórios e estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior, por deliberação da Diretoria. **Art. 3º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Objeto Social.** **Art. 4º.** A Companhia tem por objeto a exploração de serviços hospitalares destinados a tratamentos médicos e cirúrgicos em geral, bem como atividades afins, conexas e correlatas. **Capítulo III - Capital Social e Ações:** **Art. 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 48.970.800,00 dividido em 4.380.020.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia é constituído por: a) ações de emissão de R\$ 48.970.800,00, emitidas em conformidade com o artigo 124 do Estatuto Social da Companhia, para incluir a possibilidade de que o procurador possa atuar sempre em conjunto com o Diretor Financeiro ou o Diretor Presidente, em atos ou negócios jurídicos que envolvam a representação da Companhia, que passa a vigorar com a redação abaixo, mantendo-se inalterados os demais parágrafos; **Art. 14. A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, em quaisquer atos ou negócios jurídicos, que importem responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou que a exonerem de obrigações para com terceiros serão obrigatoriamente praticadas: (a) por 02 Diretores agindo em conjunto; ou (b) pelo Diretor Financeiro ou pelo Diretor Presidente, agindo em conjunto com 01 procurador, devidamente constituído na forma do §2º abaixo.** (iv) Aprovar a consolidação do Estatuto, nos termos do **Anexo II** à presente ata, e que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários para a implementação dos itens (i), (ii) e (iii) da Ordem do Dia. Nada mais. São Paulo (SP), 29/10/2024. **Wanessa Taghin Overbeck** - Presidente da Mesa; **Vanessa Pereira Silva** - Secretária da Mesa. **JUCESP nº 436.674/24-5** em 11/12/2024. **Marina Centurion Dardani** - Secretária Geral em Exercício. **Anexo II à Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 29 de Outubro de 2024 - Estatuto Social Consolidado da Casa de Saúde Rita Rita S.A. - CNPJ nº 60.882.289/0001-41 - NIRE nº 35300059361. Estatuto Social da Casa de Saúde Rita Rita S.A. - **Capítulo I - Denominação, Sede, Filiais e Duração.** **Art. 1º.** A denominação da Companhia é **Casa de Saúde Rita Rita S.A.**, inscrita no CNPJ nº 60.882.289/0001-41, com sede na Rua Curitiba, 190, na cidade de SP/SP, CEP 04013-004, podendo abrir filiais, escritórios e estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior, por deliberação da Diretoria. **Art. 3º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Objeto Social.** **Art. 4º.** A Companhia tem por objeto a exploração de serviços hospitalares destinados a tratamentos médicos e cirúrgicos em geral, bem como atividades afins, conexas e correlatas. **Capítulo III - Capital Social e Ações:** **Art. 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 48.970.800,00 dividido em 4.380.020.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia é constituído por: a) ações de emissão de R\$ 48.970.800,00, emitidas em conformidade com o artigo 124 do Estatuto Social da Companhia, para incluir a possibilidade de que o procurador possa atuar sempre em conjunto com o Diretor Financeiro ou o Diretor Presidente, em atos ou negócios jurídicos que envolvam a representação da Companhia, que passa a vigorar com a redação abaixo, mantendo-se inalterados os demais parágrafos; **Art. 14. A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, em quaisquer atos ou negócios jurídicos, que importem responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou que a exonerem de obrigações para com terceiros serão obrigatoriamente praticadas: (a) por 02 Diretores agindo em conjunto; ou (b) pelo Diretor Financeiro ou pelo Diretor Presidente, agindo em conjunto com 01 procurador, devidamente constituído na forma do §2º abaixo.** (iv) Aprovar a consolidação do Estatuto, nos termos do **Anexo II** à presente ata, e que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários para a implementação dos itens (i), (ii) e (iii) da Ordem do Dia. Nada mais. São Paulo (SP), 29/10/2024. **Wanessa Taghin Overbeck** - Presidente da Mesa; **Vanessa Pereira Silva** - Secretária da Mesa. **JUCESP nº 436.674/24-5** em 11/12/2024. **Marina Centurion Dardani** - Secretária Geral em Exercício. **Anexo II à Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 29 de Outubro de 2024 - Estatuto Social Consolidado da Casa de Saúde Rita Rita S.A. - CNPJ nº 60.882.289/0001-41 - NIRE nº 35300059361. Estatuto Social da Casa de Saúde Rita Rita S.A. - **Capítulo I - Denominação, Sede, Filiais e Duração.** **Art. 1º.** A denominação da Companhia é **Casa de Saúde Rita Rita S.A.**, inscrita no CNPJ nº 60.882.289/0001-41, com sede na Rua Curitiba, 190, na cidade de SP/SP, CEP 04013-004, podendo abrir filiais, escritórios e estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior, por deliberação da Diretoria. **Art. 3º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Objeto Social.** **Art. 4º.** A Companhia tem por objeto a exploração de serviços hospitalares destinados a tratamentos médicos e cirúrgicos em geral, bem como atividades afins, conexas e correlatas. **Capítulo III - Capital Social e Ações:** **Art. 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 48.970.800,00 dividido em 4.380.020.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia é constituído por: a) ações de emissão de R\$ 48.970.800,00, emitidas em conformidade com o artigo 124 do Estatuto Social da Companhia, para incluir a possibilidade de que o procurador possa atuar sempre em conjunto com o Diretor Financeiro ou o Diretor Presidente, em atos ou negócios jurídicos que envolvam a representação da Companhia, que passa a vigorar com a redação abaixo, mantendo-se inalterados os demais parágrafos; **Art. 14. A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, em quaisquer atos ou negócios jurídicos, que importem responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou que a exonerem de obrigações para com terceiros serão obrigatoriamente praticadas: (a) por 02 Diretores agindo em conjunto; ou (b) pelo Diretor Financeiro ou pelo Diretor Presidente, agindo em conjunto com 01 procurador, devidamente constituído na forma do §2º abaixo.** (iv) Aprovar a consolidação do Estatuto, nos termos do **Anexo II** à presente ata, e que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários para a implementação dos itens (i), (ii) e (iii) da Ordem do Dia. Nada mais. São Paulo (SP), 29/10/2024. **Wanessa Taghin Overbeck** - Presidente da Mesa; **Vanessa Pereira Silva** - Secretária da Mesa. **JUCESP nº 436.674/24-5** em 11/12/2024. **Marina Centurion Dardani** - Secretária Geral em Exercício. **Anexo II à Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 29 de Outubro de 2024 - Estatuto Social Consolidado da Casa de Saúde Rita Rita S.A. - CNPJ nº 60.882.289/0001-41 - NIRE nº 35300059361. Estatuto Social da Casa de Saúde Rita Rita S.A. - **Capítulo I - Denominação, Sede, Filiais e Duração.** **Art. 1º.** A denominação da Companhia é **Casa de Saúde Rita Rita S.A.**, inscrita no CNPJ nº 60.882.289/0001-41, com sede na Rua Curitiba, 190, na cidade de SP/SP, CEP 04013-004, podendo abrir filiais, escritórios e estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior, por deliberação da Diretoria. **Art. 3º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Objeto Social.** **Art. 4º.** A Companhia tem por objeto a exploração de serviços hospitalares destinados a tratamentos médicos e cirúrgicos em geral, bem como atividades afins, conexas e correlatas. **Capítulo III - Capital Social e Ações:** **Art. 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 48.970.800,00 dividido em 4.380.020.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia é constituído por: a) ações de emissão de R\$ 48.970.800,00, emitidas em conformidade com o artigo 124 do Estatuto Social da Companhia, para incluir a possibilidade de que o procurador possa atuar sempre em conjunto com o Diretor Financeiro ou o Diretor Presidente, em atos ou negócios jurídicos que envolvam a representação da Companhia, que passa a vigorar com a redação abaixo, mantendo-se inalterados os demais parágrafos; **Art. 14. A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, em quaisquer atos ou negócios jurídicos, que importem responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou que a exonerem de obrigações para com terceiros serão obrigatoriamente praticadas: (a) por 02 Diretores agindo em conjunto; ou (b) pelo Diretor Financeiro ou pelo Diretor Presidente, agindo em conjunto com 01 procurador, devidamente constituído na forma do §2º abaixo.** (iv) Aprovar a consolidação do Estatuto, nos termos do **Anexo II** à presente ata, e que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários para a implementação dos itens (i), (ii) e (iii) da Ordem do Dia. Nada mais. São Paulo (SP), 29/10/2024. **Wanessa Taghin Overbeck** - Presidente da Mesa; **Vanessa Pereira Silva** - Secretária da Mesa. **JUCESP nº 436.674/24-5** em 11/12/2024. **Marina Centurion Dardani** - Secretária Geral em Exercício. **Anexo II à Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 29 de Outubro de 2024 - Estatuto Social Consolidado da Casa de Saúde Rita Rita S.A. - CNPJ nº 60.882.289/0001-41 - NIRE nº 35300059361. Estatuto Social da Casa de Saúde Rita Rita S.A. - **Capítulo I - Denominação, Sede, Filiais e Duração.** **Art. 1º.** A denominação da Companhia é **Casa de Saúde Rita Rita S.A.**, inscrita no CNPJ nº 60.882.289/0001-41, com sede na Rua Curitiba, 190, na cidade de SP/SP, CEP 04013-004, podendo abrir filiais, escritórios e estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior, por deliberação da Diretoria. **Art. 3º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Objeto Social.** **Art. 4º.** A Companhia tem por objeto a exploração de serviços hospitalares destinados a tratamentos médicos e cirúrgicos em geral, bem como atividades afins, conexas e correlatas. **Capítulo III - Capital Social e Ações:** **Art. 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 48.970.800,00 dividido em 4.380.020.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia é constituído por: a) ações de emissão de R\$ 48.970.800,00, emitidas em conformidade com o artigo 124 do Estatuto Social da Companhia, para incluir a possibilidade de que o procurador possa atuar sempre em conjunto com o Diretor Financeiro ou o Diretor Presidente, em atos ou negócios jurídicos que envolvam a representação da Companhia, que passa a vigorar com a redação abaixo, mantendo-se inalterados os demais parágrafos; **Art. 14. A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, em quaisquer atos ou negócios jurídicos, que importem responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou que a exonerem de obrigações para com terceiros serão obrigatoriamente praticadas: (a) por 02 Diretores agindo em conjunto; ou (b) pelo Diretor Financeiro ou pelo Diretor Presidente, agindo em conjunto com 01 procurador, devidamente constituído na forma do §2º abaixo.** (iv) Aprovar a consolidação do Estatuto, nos termos do **Anexo II** à presente ata, e que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários para a implementação dos itens (i), (ii) e (iii) da Ordem do Dia. Nada mais. São Paulo (SP), 29/10/2024. **Wanessa Taghin Overbeck** - Presidente da Mesa; **Vanessa Pereira Silva** - Secretária da Mesa. **JUCESP nº 436.674/24-5** em 11/12/2024. **Marina Centurion Dardani** - Secretária Geral em Exercício. **Anexo II à Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 29 de Outubro de 2024 - Estatuto Social Consolidado da Casa de Saúde Rita Rita S.A. - CNPJ nº 60.882.289/0001-41 - NIRE nº 35300059361. Estatuto Social da Casa de Saúde Rita Rita S.A. - **Capítulo I - Denominação, Sede, Filiais e Duração.** **Art. 1º.** A denominação da Companhia é **Casa de Saúde Rita Rita S.A.**, inscrita no CNPJ nº 60.882.289/0001-41, com sede na Rua Curitiba, 190, na cidade de SP/SP, CEP 04013-004, podendo abrir filiais, escritórios e estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior, por deliberação da Diretoria. **Art. 3º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Objeto Social.** **Art. 4º.** A Companhia tem por objeto a exploração de serviços hospitalares destinados a tratamentos médicos e cirúrgicos em geral, bem como atividades afins, conexas e correlatas. **Capítulo III - Capital Social e Ações:** **Art. 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 48.970.800,00 dividido em 4.380.020.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia é constituído por: a) ações de emissão de R\$ 48.970.800,00, emitidas em conformidade com o artigo 124 do Estatuto Social da Companhia, para incluir a possibilidade de que o procurador possa atuar sempre em conjunto com o Diretor Financeiro ou o Diretor Presidente, em atos ou negócios jurídicos que envolvam a representação da Companhia, que passa a vigorar com a redação abaixo, mantendo-se inalterados os demais parágrafos; **Art. 14. A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, em quaisquer atos ou negócios jurídicos, que importem responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou que a exonerem de obrigações para com terceiros serão obrigatoriamente praticadas: (a) por 02 Diretores agindo em conjunto; ou (b) pelo Diretor Financeiro ou pelo Diretor Presidente, agindo em conjunto com 01 procurador, devidamente constituído na forma do §2º abaixo.** (iv) Aprovar a consolidação do Estatuto, nos termos do **Anexo II** à presente ata, e que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários para a implementação dos itens (i), (ii) e (iii) da Ordem do Dia. Nada mais. São Paulo (SP), 29/10/2024. **Wanessa Taghin Overbeck** - Presidente da Mesa; **Vanessa Pereira Silva** - Secretária da Mesa. **JUCESP nº 436.674/24-5** em 11/12/2024. **Marina Centurion Dardani** - Secretária Geral em Exercício. **Anexo II à Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 29 de Outubro de 2024 - Estatuto Social Consolidado da Casa de Saúde Rita Rita S.A. - CNPJ nº 60.882.289/0001-41 - NIRE nº 35300059361. Estatuto Social da Casa de Saúde Rita Rita S.A. - **Capítulo I - Denominação, Sede, Filiais e Duração.** **Art. 1º.** A denominação da Companhia é **Casa de Saúde Rita Rita S.A.**, inscrita no CNPJ nº 60.882.289/0001-41, com sede na Rua Curitiba, 190, na cidade de SP/SP, CEP 04013-004, podendo abrir filiais, escritórios e estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior, por deliberação da Diretoria. **Art. 3º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Objeto Social.** **Art. 4º.** A Companhia tem por objeto a exploração de serviços hospitalares destinados a tratamentos médicos e cirúrgicos em geral, bem como atividades afins, conexas e correlatas. **Capítulo III - Capital Social e Ações:** **Art. 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 48.970.800,00 dividido em 4.380.020.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia é constituído por: a) ações de emissão de R\$ 48.970.800,00, emitidas em conformidade com o artigo 1************************

# Caixa termina de pagar parcela de janeiro do Bolsa Família

A Caixa Econômica Federal termina de pagar a parcela de janeiro do Bolsa Família. Receberam na sexta-feira (31) beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 0.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 673,62. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do Governo Federal alcançou 20,48 milhões de famílias, com gasto de R\$ 13,8 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimen-

tação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

Moradores do Rio Grande do Sul, afetados pelas enchentes do ano passado, e de mais cinco estados (Amazonas, Piauí, Rondônia, São Paulo e Sergipe) receberam o pagamento do Bolsa Famí-

lia de forma unificada no último dia 20, independentemente do número do NIS. O pagamento unificado beneficiou todos os 62 municípios do Amazonas e todos os 52 de Rondônia, afetados pela estiagem e pela vazante dos rios; dez municípios de Sergipe e o município de Picos (PI), afetados por fortes chuvas; e 30 municípios de São Paulo em estado de emergência por causa do aumento dos casos de dengue e das chuvas.

Desde o ano passado, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que restatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclu-

sivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

## Regra de proteção

Cerca de 2,5 milhões de famílias estão na regra de proteção em janeiro. Em vigor desde junho de 2023, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário-mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 386,66.

## Cadastro

Desde julho de 2023, passa a valer a integração dos dados do

Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 440 mil de famílias saíram do programa neste mês por terem alcançado renda superior ao enquadramento do Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo INSS.

Em compensação, outras 110 mil de famílias foram incluídas no programa em dezembro. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulnerá-

veis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

## Auxílio Gás

Em janeiro não houve o pagamento do Auxílio Gás, que beneficia famílias cadastradas no CadÚnico. Como o benefício só é pago a cada dois meses, o pagamento voltará em fevereiro.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica. (Agência Brasil)

# Deputados e senadores elegem presidentes e mesas diretoras no sábado

Câmara dos Deputados e Senado Federal vivem momentos decisivos para a grande disputa que ocorrerá no sábado (1º), data em que os parlamentares escolherão aqueles que comandarão cada uma das duas casas legislativas pelos próximos dois anos.

Serão também escolhidos os ocupantes dos demais cargos das mesas diretoras. A previsão é de que, no Senado, a eleição inicie às 10h. Já a da Câmara está prevista para o período da tarde, às 16h.

## Senado

Além de seu presidente, os senadores escolherão dois vice-presidentes e oito secretários – quatro titulares e quatro suplentes. O passo inicial para a escolha do presidente será dado na primeira reunião preparatória. Nela, os pretendentes ao cargo formalizam, por escrito, a candidatura na Secretaria-Geral da Mesa.

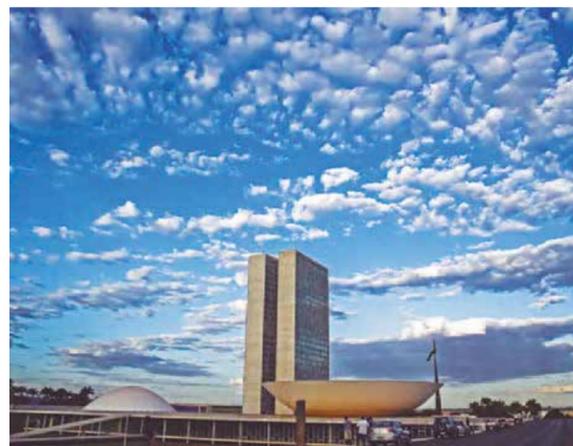
Na sequência, o atual presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, comunica as candidaturas

formalizadas ao Plenário. Os candidatos, então, discursarão em defesa de suas candidaturas, seguindo ordem alfabética.

De acordo com as regras da Casa, renúncias de candidaturas podem ocorrer durante o período estipulado para os discursos. Apenas os candidatos à presidência do Senado poderão discursar.

Terminados os discursos, inicia-se a votação, que será secreta, em cabines e em cédulas contendo os nomes dos candidatos, além de rubricas dos atuais presidente e vice-presidente do Senado. O voto, então, será depositado em uma urna instalada na Mesa e, por fim, o parlamentar assina a lista de votação.

Caberá ao atual presidente e auxiliares fazerem a apuração, iniciada com a confirmação do número de cédulas, para, então, fazer a contagem de votos para cada candidato. Terminada a contagem, os votos serão triturados. Vence o candidato que obtiver a maioria



Foto/Marcello Casal Jr/ABR

absoluta dos votos.

## Candidatos

Até o fechamento desta matéria, quatro senadores estão na corrida para ocupar a presidência do Senado para o biênio 2025-2026: Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), Marcos Pontes (PL-SP), Marcos do Val (Podemos-ES)

e Eduardo Girão (Novo-CE).

A posse do novo presidente será feita logo após o anúncio do eleito, finalizando a primeira reunião preparatória, dando início à convocação da segunda reunião, prevista para as 11h. Nela, serão formalizados, apresentados e escolhidos, também em votação secreta, os demais integrantes da

mesa (dois vice-presidentes, quatro secretários titulares e quatro secretários suplentes).

No caso dos cargos em que haja apenas um candidato inscrito, a votação será por meio eletrônico.

Para a eleição dos integrantes da Mesa, é exigida maioria de votos e presença da maioria dos senadores. “Deve ser assegurada, tanto quanto possível, a participação proporcional das representações partidárias ou dos blocos parlamentares com atuação na Casa”, informa o Senado.

## Câmara

A um dia da eleição da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, três candidatos já haviam oficializado sua intenção de ocupar a presidência da Casa: Hugo Motta (Republicanos-PB), Pastor Henrique Vieira (Psol-RJ) e Marcel van Hattem (Novo-RS).

O prazo para formalização das candidaturas termina às 13h30 do sábado. Já o prazo para a formalização dos blocos parlamentares terminará às 9h do mesmo dia.

Duas horas depois, às 11h, está prevista uma reunião de líderes, para a escolha dos cargos da Mesa Diretora.

A inauguração da nova sessão legislativa será em sessão conjunta do Congresso Nacional, prevista para as 15h. Já a primeira sessão preparatória, em que se elegerá o novo presidente, será no Plenário, e tem previsão de iniciar às 16h.

A exemplo do Senado, o vencedor precisará obter maioria absoluta dos votos (257), para ser eleito em primeiro turno. Caso haja necessidade de um segundo turno, bastará ser o mais votado para, enfim, definir quem ocupará a cadeira da presidência pelos próximos dois anos.

Os partidos poderão formar blocos, caso pretendam aumentar sua representatividade e participação na distribuição das presidências de comissões e da Mesa Diretora. O mandato terá duração de quatro anos para as comissões; e de dois anos para a Mesa Diretora. (Agência Brasil)

# Visibilidade trans: secretária pede mais leis para fortalecer direitos

Com janeiro terminando e o fim do mês da visibilidade trans, a luta dessa população permanece ativa ao longo do ano na busca por acesso a direitos primordiais.

Dificuldades na busca por educação de qualidade, oportunidade de emprego e até a emissão de um documento com auto-determinação de gênero são algumas das denúncias mais comuns entre esses milhões de brasileiros.

Segundo Symmy Larrat, secretária nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais), apesar do reconhecimento unânime do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2018, de que a autodeterminação de gênero não deve ser contestada, travestis e transgêneros continu-

am tendo esse e outros direitos negados por causa da falta de uma legislação que fortaleça a execução das políticas públicas construídas.

“A gente não consegue, por exemplo, avançar no debate de cotas, a gente não consegue avançar no debate documental e de registro das pessoas trans com seu nome e gênero. Na questão de acesso aos direitos, na completude dos direitos das mulheres, nos direitos de acesso de acordo com o seu gênero. Isso tudo ocorre na ausência de normativa. Isso é para nós, hoje, a principal dificuldade”, afirma Symmy.

Ela explica que, desde 2023, uma equipe do governo federal tem trabalhado para oferecer políticas públicas que alicercem a estruturação de uma política nacional prevista para ser lançada

em outubro, durante a 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+.

Acrescenta que esses programas - Empodera+, focado na empregabilidade, o Acolher+, voltado para casas de atendimento, e o Bem Viver+, direcionado a populações indígenas - nesta primeira etapa - têm atendido, na sua grande maioria, mais ou menos 70% das demandas e serviços. Eles são relacionados a pessoas transgêneras e pessoas negras.

## Avanços

Para a secretária, além de equipamentos específicos é necessário consolidar uma legislação que avance no sentido de que a população trans tenha seus direitos garantidos no acesso a qualquer política pública. “Essas correções das ausências normativas a gente tem que seguir disputando

essa população. Mas enfrentamos a barreira da ausência legislativa”, reforça.

O alinhamento do Poder Legislativo com as ações do Executivo e as decisões do Judiciário poderiam acelerar a correção de distorções que ocorrem no sistema público, enfatiza Symmy.

Como exemplo, ela destaca a mudança recente no atendimento de parturientes homens trans no Sistema Único de Saúde (SUS).

“Foram mais de 100 procedimentos revisados. Nós estamos avançando, nós não estamos recuando. Nós seguimos fazendo correções no âmbito do Poder Executivo, de forma a atender

essa população. Mas enfrentamos a barreira da ausência legislativa”, reforça.

O caminho apontado pela secretária é a adequação da lei à decisão do STF, que garantiria que a escolha de cada um seja respeitada. “A partir daí elas acessam as políticas públicas no gênero que elas possuem e têm garantido o seu direito e sua permanência. Isso faz com que, por exemplo, numa escola e numa sala de aula, o nome dessa pessoa não seja questionado, não seja um empecilho para ela”, diz.

## Pacto pela vida

Para este ano, a implementação do Pacto pela Vida das Pessoas LGBTQIA+ está entre as prioridades do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, ao qual a secretária de Symmy está vinculada.

# Casos de covid-19 aumentam nas regiões Norte e Nordeste

Pelo menos 287 pessoas morreram por síndrome respiratória aguda grave (SRAG) causada por algum vírus respiratório este ano, no Brasil. Desse total, 78,7% (225) dos óbitos estão relacionados ao SARS-CoV-2, vírus que provoca a covid-19.

Os dados são do Boletim Infolgripe, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e se referem às notificações feitas ao Ministério da Saúde até o dia 25 de janeiro.

O total de casos graves com diagnóstico confirmado de covid-19 já se aproxima de 900.

O termo síndrome respiratória aguda grave se refere ao agravamento de sintomas gripais com o comprometimento da função pulmonar. A maioria dos casos acontece após uma infecção viral. Por enquanto, quase 52% dos casos registrados este ano, com resultado positivo para algum vírus, foram provocados por covid-19.

Os dados dessa última atualização reforçam um alerta que já têm sido feito há algumas semanas sobre o aumento das infecções pelo coronavírus. O boletim, inclusive, considera a possibilidade de que uma nova variante mais transmissível possa estar se espalhando.

A atualização destaca que há tendência de aumento dos casos de SRAG por covid-19 em nove estados, todos nas regiões Norte ou Nordeste: Acre, Amazonas,

Pará, Amapá, Rondônia, Tocantins, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe. A incidência de casos graves é maior entre as crianças pequenas e os idosos, e a mortalidade ocorre majoritariamente em idosos. Mas o levantamento alerta que no Amazonas e em Rondônia tem sido observado um aumento de SRAG também entre jovens e adultos.

De acordo com a pesquisadora Tatiana Portela, as recomendações de praxe permanecem:

“Em caso de sintomas gripais, o ideal é ficar em casa em isolamento, evitando transmitir esse vírus para outras pessoas, mas, se não for possível fazer esse isolamento, o recomendado é sair de casa utilizando uma boa máscara. E claro, é muito importante que todas as pessoas estejam em dia com a vacinação contra a covid-19.”

O esquema atual de vacinação no Sistema Único de Saúde (SUS) preconiza duas ou três

doses (a depender do imunizante) para todas as crianças de 6 meses a menos de 5 anos. Além disso, idosos e pessoas imunocomprometidas devem receber uma nova dose a cada seis meses. Já as grávidas devem receber uma dose durante a gestação, e as pessoas que fazem parte de algum grupo vulnerável, como indígenas e quilombolas e pessoas com deficiência ou comorbidade, devem tomar um reforço anual. (Agência Brasil)